

Desidentificar, diferenças incógnitas

Margaret A. McLaren. *Foucault, feminismo e subjetividade*. Tradução de Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016, 284 p.

Flávia Lucchesi

Pesquisadora no Nu-Sol e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Contato: flalucchesi@gmail.com.

A obra de Michel Foucault é incômoda. Há os que se animam a pensar junto com ele e ir além, e há muitos que reagem com a negação ou com a apropriação oportunista de suas análises e conceitos. O livro *Foucault, feminismo e subjetividade*, da filósofa estadunidense Margaret McLaren, apresenta uma adensada discussão sobre a repercussão da obra de Foucault em meio aos feminismos contemporâneos, tensionando proximidades e divergências, e perseguindo a questão: como acompanhar Foucault pode potencializar as lutas e práticas feministas?

O livro foi originalmente publicado em 2002, pela State University of New York, após pesquisa realizada pela autora no fim dos anos 1990, no arquivo de Foucault, em Paris. A lacuna — já habitual nas

traduções brasileiras para publicações dessa temática — de mais de uma década não limita a atualidade do livro e possibilita revigorar as questões levantadas por McLaren, tendo em vista as transformações e desdobramentos dos discursos feministas contemporâneos.

A autora encara as perspectivas feministas em relação à obra de Foucault dividindo-as entre críticas acirradas; críticas moderadas; aquelas que usam, ampliam ou aplicam aspectos de seu projeto, mas com ressalvas em relação ao autor; e as feministas foucaultianas (classificadas massivamente como pós-modernas ou pós-estruturalistas). Em um aspecto mais geral, pode-se dizer que o debate se estabelece em torno da “compatibilidade de uma abordagem pós-moderna com uma política emancipatória, progressiva” (p. 11),

marcando uma oposição entre as chamadas feministas pós-modernas e as demais perspectivas feministas trazidas pela autora. Dentre os muitos feminismos, ela apresenta um recorte grande, considerando: o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo marxista e socialista, o feminismo multicultural, o feminismo global e o feminismo pós-moderno.

Como é comum à maioria das pesquisas, mais uma vez, desconsideram-se as perspectivas libertárias. Especialmente em relação às publicações contemporâneas sobre gênero e sexualidade, é muito curioso o ostracismo ao qual relegam as (os) anarquistas. Talvez porque o olhar esteja sempre voltado para as lutas sociais dos movimentos de minorias da segunda metade do século XX. Mas como desprezar as experiências das mulheres libertárias neste mesmo século? Como ignorar os escritos e práticas de afirmação do amor livre e do sexo solto? Seriam supérfluas as ações diretas de mulheres anarquistas quanto à propaganda de métodos contraceptivos e as discussões corajosas em relação ao aborto e à liberdade de maternidade? E os embates contra a dominação masculina, inclusive no interior do movimento anarquista, em suas

experiências comunitárias e associações, dentro das relações amorosas? Porque desatentar para experimentações como as *mujeres libres*, durante a Revolução Espanhola, as escolas modernas e tantas outras? Todas as autoras e editoras da imprensa libertária praticaram a escrita de si de maneira irrelevante? Será que essas mulheres são evitadas porque lutaram contra políticas emancipadoras e pela abolição da propriedade — a propriedade que os homens detinham sobre elas, a propriedade que elas poderiam deter sobre suas crianças, e as clássicas formas de propriedade privada e estatal discutidas pelas ciências políticas e econômicas, e conservadas pelos movimentos sociais? Porque as obras contemporâneas, inclusive as mais radicais, sobre gênero e sexualidade tendem a ignorar os anarquistas?

No caso de *Foucault, Feminismo e Subjetividade*, a perspectiva mais radical, que desestabiliza os outros feminismos ao colocar em xeque a noção de uma identidade feminina universal, totalizante, e rompe com o pensamento binário arraigado em nossas culturas ocidentais, fica restrita às chamadas feministas pós-modernas. A recusa das normas coloca entraves para as políticas

emancipatórias e aparece como a grande questão para um movimento feminista “compromissado com a inclusão, a igualdade e a democracia” (p. 33). Apesar de todas lutarem contra a subordinação das mulheres, neste engodo, as feministas pós-modernas aparecem para as outras como “apolíticas”.

Muitas outras questões levantadas pelas feministas críticas de Foucault decorrem de más leituras, como a autora mostra paciente e detalhadamente, ou de acusações do que julgam negligência — intencional ou não — do filósofo em relação às mulheres. Diante dessas críticas, que sinalizam a inexistência da discussão de gênero e sobre as práticas disciplinares específicas do gênero feminino na obra de Foucault, McLaren levanta uma questão generosa e provocativa à sisudez de certas feministas: será que essa ausência não foi intencional, no sentido de ajudar a “pavimentar o caminho para a desconstrução de gênero” (p. 150)?

Curiosamente, as foucaultianas e as contra Foucault olham para as mesmas questões, para acompanhar ou negar as suas contribuições: a rejeição das metanarrativas e das estruturas normativas, as relações de poder e a crítica aos modelos filosóficos

tradicionais de subjetividade. Como as feministas, Foucault rompe com a distinção entre público/privado e mostra que esferas consideradas comumente apolíticas não o são. Ambos expandem a política para os relacionamentos pessoais, o corpo e o sexo. Olham para o pessoal como político, olham para o corpo, olham para a sexualidade, olham para o discurso e a linguagem, olham para a loucura. Voltam-se contra a dominação. Neste aspecto demarca-se uma diferença: muitas delas olham para a dominação como naturalizada, veem os homens como opressores e as mulheres como vítimas oprimidas, reduzem Foucault à categoria de homem branco europeu e, portanto, opressor.

McLaren mostra como elas não compreendem as relações de poder e tampouco as de liberdade, tais como abordadas por Foucault: a liberdade enquanto prática — ou exercício, segundo as palavras dela —, e não enquanto substância a ser atingida. Elas estão presas ao modo tradicional, jurídico-discursivo, de conceber o poder, de forma localizada, negativa, repressora, limitadora e exclusivamente descendente. Isso fica evidente em exemplos como: “Se não há qualquer sujeito empunhando

poder, como poderemos atribuir culpa e responsabilidade ou realizar qualquer tipo de mudança na balança das relações de poder?” (p. 56).

Em contraposição ao aspecto negativo do poder, a dominação, a filósofa afirma a positividade do poder por meio do empoderamento, enquanto um exercício de poder não coercitivo, produtivo. “Nesse modelo, a habilidade de um indivíduo é realçada, não restringida, pelo poder dos outros do grupo. Além disso, o poder do coletivo é maior do que o poder do indivíduo para transformar a situação com criatividade. O empoderamento é produtivo, criativo, transformador e pode ser individual ou coletivo” (p. 60). Neste momento, olhando para o presente, faz-se imprescindível retomar as análises de Foucault apresentadas em uma das poucas obras do autor não trazidas por McLaren em seu livro, *Nascimento da Biopolítica*.

Retomar a análise minuciosa que o filósofo fez da racionalidade neoliberal nos fornece pistas para entender como essa noção de empoderamento se adequa muito bem ao funcionamento dessa racionalidade. Como a autora afirma, o empoderamento é produtivo e criativo, realça as habilidades individuais —

podendo ser conectado às noções de capital humano e empreendimento de si —, e produz demandas coletivas em torno de reivindicações normativas e identitárias.

No entanto, é por meio dessa análise demonstrada por Foucault e olhando para o atual estado das coisas que podemos constatar que, diferente da suposição de McLaren de que o empoderamento produz resistências, ele opera no interior das relações de poder produzindo deslocamentos por reversão ou inversão. Tanto que hoje essa palavra é empregada em instituições, governos, empresas, na mídia, no *mainstream*; assim como nas mais diversas vertentes feministas e de outros movimentos sociais de minorias. É uma palavra comum à ordem e à oposição; é uma prática de resiliência.

É também por meio das análises de Foucault do neoliberalismo que podemos acompanhar a mudança no discurso feminista liberal. Quando a autora remete a este discurso, mantém o olhar voltado para o movimento feminista liberal do século XX. Hoje, é preciso olhar com atenção para as alterações neste discurso de modo a refletir sobre como foi possível a emergência de um discurso feminista com projeção institucional e midiática

em larga escala. Se nos anos 1980 houve uma forte reação conservadora e religiosa a esta perspectiva, como ela se tornou produtiva e interessante à ordem neoliberal? Como este feminismo se tornou um valor, uma veredicação de mercado, uma conduta esperada desde gestoras de empresas e chefes de Estado até de cada uma das usuárias de transporte público, passando por celebridades e socialites?

Assim como no caso das neoliberais, é possível notar uma veloz e constante mudança nos outros discursos. Como a atual disputa entre as chamadas *rad fem* (feministas radicais) e as mulheres trans, por exemplo, que, longe de questionarem as categorias binárias de gênero, disputam a verdade sobre o sexo e o lugar privilegiado de quem é a maior vítima. Como esses discursos passaram do questionamento a essas identidades, como mostra McLaren, ao reforço das mesmas com base em argumentações biológicas e médicas?

Do mesmo modo, devemos pensar sobre como as desconcertantes práticas bissexuais e os aberrantes corpos intersexuados se tornaram visíveis e toleráveis, após a década de 1990. A autora, em muitos momentos, acompanhada por Herculine Barbin

e pelas análises de Foucault sobre essa existência que implodiu o binarismo de gênero, ressalta como os corpos intersexuados e as práticas sexuais não restritas ao hétero ou ao homossexualismo trouxeram questões insuportáveis para o saber sobre o verdadeiro sexo do corpo e da alma, sempre dicotômico e arbitrário. Eram questões perturbadoras porque não se encaixavam nas estruturas binárias das categorias sexuais normativas; sendo ambas as coisas ou nenhuma delas (macho/fêmea, hétero/homo).

Mas e agora? Como pensar, por exemplo, o reconhecimento pela Comissão de Direitos Humanos de Nova York, em 2016, de 31 categorias de gênero? Ou as 56 possibilidades de escolha de gênero para o perfil dos usuários do Facebook? Para além da luta precisa contra a arbitrariedade do saber médico e da propriedade dos pais sobre os corpos de seus filhos, que determinam mutilações genitais em nome da verdade sobre o sexo, como pensar a inclusão do I (intersexo) na sigla LGBTTIQQ2SA¹?

Apesar de existir como categoria

¹ Do inglês: *lesbian, gay, bisexual, transgender, transsexual, intersex, questioning, queer, two-spirited and allies* (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, intersexos, gênero em dúvida, queer, duplo espírito e aliados).

psicológica desde o final dos anos 1800, a bissexualidade emergiu como categoria política na década de 1970, e, vinculando-se à liberação sexual, afirmava: todos são naturalmente bissexuais. Hoje, rompendo com a mera reivindicação por visibilidade, reconhecimento, direitos e um dia especial (23 de setembro, o Dia da Celebração Bissexual), é possível avançar para além das infinitas possibilidades que essa prática abre, inclusive para se questionar a monogamia e os seus complementares ajustes apaziguados em poliamor e relacionamentos abertos. “Há tantos tipos de bissexuais quanto há bissexuais; alguns experimentam atração dupla e mantêm mais do que um relacionamento sexual. Outros praticam monogamia serial, às vezes com um parceiro do mesmo sexo, outras vezes com um parceiro do sexo oposto. A questão da instabilidade de categorias é especialmente aguçada no caso do bissexual monogâmico serial; sem o ‘bissexual’ como uma categoria de identidade possível, sua identidade sexual muda de acordo com o sexo de seu parceiro (ou ainda mais desconcertante, na ausência de um parceiro fixo, a cada vez que faz sexo). Bissexuais entendem sua própria sexualidade de diversas maneiras,

às vezes como uma combinação de heterossexual e homossexual, às vezes como além de uma categorização” (p. 182). Cabe perguntar: para que reivindicar uma categoria bissexual em vez de experimentar toda sorte de prazeres, corpos e gozos, livres também da linguagem?

Sigo a proposta da autora, de caminhar com Foucault e pensar e repensar suas obras, que nos “impelem a pensar em nossas próprias vidas como o material para a transformação ética” (p. 69).

McLaren, já na virada do milênio, ao notar como o feminismo estava se tornando arraigado nas estruturas institucionais e disciplinares, alertou para a importância do que ela denomina como “ceticismo de Foucault” em relação às instituições e às normas. Nestas primeiras décadas no novo milênio, o que vemos é exatamente o reforço dessas estruturas e a profusão de novas identidades e normas a serem consumidas no mercado, autorizadas pela medicina e toleradas pela lei. O que está fora? Quem está fora?

Há uma necessidade das feministas em responderem ao controle e à dominação masculinas por meio de “uma concepção do sujeito que possa somar tanto nos processos de

normalização quanto na resistência às normas” (p. 76). A questão em torno da morte do sujeito é bastante problemática para o pensamento feminista e suscita críticas até mesmo entre autoras pós-estruturalistas, como Rosi Braidotti. Elas questionam: “se o sujeito ‘desaparecer’, quem fala ou age? Sob que argumentos podem ser estabelecidas as reivindicações políticas?” (p. 77).

Neste sentido, trazendo as contribuições da discussão apresentada pela autora para o presente, nos deparamos com a muita propagada expressão “lugar de fala”. O reforço da alegada necessidade de um lugar exclusivo para que cada uma das minorias possa falar vem por meio do argumento de que estas minorias foram dominadas historicamente e que, até hoje, encontram-se em um lugar passivo, sem voz e sem representação própria. Estabelecem uma lógica determinista e essencialista que implica: característica compartilhada, experiência compartilhada, identidade compartilhada. Assim como o empoderamento, o lugar de fala não produz resistências, apenas deseja inverter as relações de poder, fixando um lugar específico onde uma categoria identitária fala e todas as demais sujeitam-se, ouvindo, mudas.

No sexto e último capítulo do livro, “Práticas de si: da transformação de si à transformação social”, McLaren propõe pensar a relação entre as práticas de si, recuperadas da Grécia Antiga por Foucault, e as práticas feministas contemporâneas. Precisamente, dedica uma grande parte do capítulo à escrita de si, diferenciando a escrita de diários e autobiografias por mulheres como práticas históricas que abriram espaço para que elas dessem forma aos seus saberes subjugados, às suas vidas tratadas como inferiores. Essa prática aparece com dupla possibilidade: reforço da sujeição e da verdade sobre si, sendo confessionais e reiterando os discursos normalizadores e atados à própria identidade; ou exercício de subjetivação, autorreflexão e transformação, como uma prática de liberdade.

McLaren aproxima as concepções de corpo nas obras de Foucault e no pensamento feminista. Aponta para um paralelo no qual ambos rejeitam o dualismo mente/corpo, ambos veem o corpo como local de luta política e central para a subjetividade e ação.

Às críticas de que Foucault era androcêntrico, ela responde ao lado da feminista foucaultiana Judith Butler, mostrando que as análises

do filósofo possibilitam pensar o corpo como alvo do poder e como espaço de resistências. Para produzir resistências é preciso escapar das inscrições sociais e culturais, romper com as categorias de sexo, gênero e desejo que se reforçam mutuamente; implodir as categorias e o pensamento binário, não só de homem/mulher, hétero/homo, mas de cultura/natureza.

O foco no corpo é coerente com a recusa à universalidade, leva em conta a diferença cultural e a especificidade histórica, sendo produzido pelo poder através das disciplinas e dos discursos, com ênfase aos discursos sobre a sexualidade. O corpo constitui um importante espaço de lutas políticas para as feministas. No século XX, elas se dedicaram às questões relativas à corporalidade e questionaram binarismos, separando as categorias de gênero e sexo e destruindo as naturalizações; sexo e gênero, como a sexualidade, são construções — discurso que aparece invertido, hoje, pelas rad fem. Isso nos leva a pensar sobre como a profusão de gêneros e sexualidades atualmente opera no sentido de estabelecer categorias identitárias, normas e condutas específicas, ainda que nem todas ganhem uma dimensão jurídica ou médica. Para além do

binarismo, estabelecer outras verdades sobre o sexo e o gênero também produz normas, morais específicas, tendência a direitos e ao mercado; com as condutas moderadas e, por vezes, medicalizadas como no caso da transexualidade, classificada como transtorno e aceita por obedecer a heteronorma e reforçar o binarismo, de certa forma, retorna-se à verdade sobre o sexo da alma e, além de afirmarem-se categorias normativas, reafirmam-se as prescritivas do que é masculino e do que é feminino.

As normas não são apenas impostas “de fora”, são internalizadas. Quando não o são, produzem o que McLaren chama de sanções sociais, que podem assumir a forma de isolamento, ostracismo ou de violências com intuito corretivo ou de extermínio. Ela afirma, “de fato, sexo e gênero estão entre as normas sociais mais invioladas” (p. 126). No momento em que escreveu, apoiou-se na transgressão de transexuais e transgêneros. Hoje cabe perguntar como essas normas estão sendo violadas? Por quem? É preciso um olhar cauteloso e o exercício reflexivo para compreender como é possível uma aceitação midiática, médica e jurídica em torno da transexualidade, por exemplo, ao mesmo tempo

em que essas existências seguem sendo violentadas e aniquiladas. Talvez seja um paradoxo de nosso tempo que deve ser enfrentado: de um lado, a tolerância neoliberal, a aceitação desde que a conduta seja moderada e normatizada; de outro lado, o fortalecimento das corjas conservadoras e reacionárias, que não suportam diferenças, nem mesmo quando estas se mostram ajustadas às normas sociais e à ordem.

McLaren mostra como uma política feminista — assim como toda política — necessita de uma concepção de identidade unificada. Novamente, recorre a Butler e a outras feministas pós-modernas como Shane Phelan, Elizabeth Spelman, Jana Sawicki, Denise Riley e Ann Ferguson, para mostrar como afirmações de identidades unificadas e universalizantes reforçam as relações de poder por dominação; na tentativa de estabelecerem uma representação geral, produzem outras normas e, com elas, novas ou reversas opressões.

A defesa da categoria “mulher” para reivindicação de políticas emancipatórias congrega todas as feministas — radicais, liberais, marxistas, socialistas, teóricas críticas sociais —, exceto as consideradas pós-modernas (praticamente toda

pessoa identificada como mulher que se opõe a esta categoria é automaticamente classificada como pós-moderna). Mais uma vez, retomo o questionamento: e as libertárias? Dessa vez, para além do ostracismo ao qual relegam as anarquistas, é possível contestar se as mulheres anarquistas, ou anarcofeministas, também não se diluem entre as demais que afirmam a categoria mulher e outras normas? Como as anarquistas estão se posicionando diante da noção de empoderamento? Como minorias libertárias se posicionam diante do lugar de fala? Será que hoje algumas anarquistas estão mais atreladas à política e às suas categorias? Desde a segunda metade do século passado, as políticas de identidade formam a base dos novos movimentos sociais, tanto por direitos civis quanto de minorias. Será que muitas libertárias escapam dessas “armadilhas”? Talvez seja preciso reforçar mais uma vez, como McLaren fez em relação às feministas, que as obras de Foucault são mais do que saudáveis para os anarquistas.

A noção de identidade como categoria é oposta às possibilidades de transformação de si. Essa identidade aparece vinculada a um aparato regulatório que define e sujeita

indivíduos. A produção e delimitação de um “nós” implica em totalização e, simultaneamente, faccionalização. O estabelecimento desse “nós” tem implicações sobre “o outro”, outro que ele próprio constrói como tal. Isso é afirmar diferenças como o mesmo, o comum que é identificado e fixado.

E não se trata aqui de apontar para as identidades como polarizadas, como um mal. Seguindo as pistas de Foucault e recusando dicotomias, McLaren afirma a positividade de um uso das identidades como recurso estratégico, e não como uma categoria universal fixa. Como Foucault sinaliza em “Sexo, poder e políticas de identidade”, ela pode ser útil quando funciona como procedimento para relações, relacionamentos sexuais ou de amizade, e experimentação de prazeres. A questão é quando as categorias de identidade, afirmadas enquanto direitos e liberdade liberal, operam no sentido de limitar ou restringir práticas de liberdade.

Lembro aqui de um trecho de “Introdução à vida não-fascista”, outro escrito de Foucault que não reverbera no livro de McLaren, mas que parece indispensável diante das questões colocadas pelos movimentos de minorias hoje: “Liberem a ação

política de toda forma de paranóia unitária e totalizante. Façam crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal. Livrem-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou sagradas, enquanto forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas. Considerem que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade. (...) Não exijam da política que ela restabeleça os ‘direitos’ do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é ‘desindividualizar’ pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de ‘desindividualização’. Não se apaixonem pelo poder” (Foucault, 1993: 199-200).

Como alerta McLaren, “examinar a construção de identidades sociais pode ajudar a revelar as lutas históricas e políticas travadas em

sua produção” (p. 157). É preciso investigar as novas construções de identidades e fazer emergir essas forças em luta no presente. Só é possível romper com esse governo de nossas vidas experimentando as diferenças e as existências livres. Livres de nomes e da linguagem, livres da norma e do normal, livres da moral e da política.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel (1993). “O Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista”. In: *Cadernos de Subjetividade*, v.1, n. 1. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.